

PARTOS PREMATUROS NA REGIÃO NORDESTE ENTRE 2018 E 2022: ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS

Introdução: O nascimento antes de 37 semanas de gestação é classificado como prematuro, exigindo cuidados médicos específicos devido aos potenciais riscos à saúde do recém-nascido. Geralmente, o bebê prematuro necessita de suporte médico adequado, pois é mais vulnerável e o risco de complicações aumenta quanto mais precoce for o nascimento. **Objetivo:** Avaliar o perfil epidemiológico dos partos prematuros na região Nordeste entre 2018 e 2022. **Método:** Estudo quantitativo, observacional e descritivo, a partir de dados obtidos pelo Sistema de Informação de Nascidos Vivos, relativos aos nascimentos pré-termos no Nordeste entre 2018 e 2022. Conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, o estudo dispensa a apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** Durante o período considerado, houve 433.091 notificações de nascimentos prematuros no Nordeste brasileiro. A maioria das mães envolvidas tinha entre 20 e 24 anos (23,0%), seguida pela faixa etária de 25 a 29 anos (21,0%). Os estados com maior incidência de partos prematuros foram Bahia (22,8%) e Ceará (17,4%). A grande maioria dos partos ocorreu em hospitais (98,0%). 90,3% dos partos pré-termo envolveu gestações únicas, enquanto 9,4% foram gestações duplas e 0,3% gestações triplas. Apenas 0,9% das mães não realizaram acompanhamento pré-natal, sendo que 21,2% tiveram um acompanhamento inadequado; 22,9%, intermediário; 11,8%, adequado e 43,2%, mais que adequado. A maioria dos partos prematuros foi por cesariana (53,3%). Quanto ao sexo dos bebês, 52,6% eram meninos e 47,4%, meninas. Em relação ao peso, 32,6% pesavam entre 1.500 e 2.499 gramas e 27,0% entre 2.500 e 2.999 gramas. Quanto à idade gestacional, o predomínio foi de 32 a 36 semanas (83,8%), seguida por 28 a 31 semanas (9,1%). **Conclusão:** No Nordeste, o perfil de partos prematuros, no período analisado, abrangeu mães majoritariamente na década dos vinte anos, com idade gestacional superior as 32 semanas, com uma taxa significativa de pré-natal inadequado. Portanto, é fundamental implementar ações preventivas, incluindo acesso equitativo a cuidados pré-natais de qualidade, identificação e gestão de fatores de risco, início precoce das consultas, busca ativa das faltosas e cumprimento dos

protocolos de acompanhamento adequado, além de investimentos contínuos em pesquisa para desenvolver intervenções eficazes. Essas medidas são essenciais para reduzir a incidência de partos prematuros.

PALAVRAS-CHAVE: Epidemiologia. Prematuridade. Saúde Materno-Infantil. Saúde Pública.